

Avaliação Institucional

Mírian Paura S. Zippin Grinspun

RESUMO

Trata o artigo de um estudo sobre a avaliação institucional, mostrando sua importância na educação. A avaliação institucional fundamenta-se em critérios e valores pelos quais vão ser observados a instituição e o projeto que se pretende desenvolver. Não se trata de uma modalidade de avaliação, mas da construção de um processo pedagógico para se observar o desenvolvimento da instituição. Ela identifica os avanços e recuos, faltas e falhas da instituição a partir dos pontos levantados para uma análise da organização em termos de sua dinâmica interna e das redes de suas relações. Avaliação institucional deve levar a transformações significativas no campo educacional, considerando o que se tem e aonde se quer chegar.

Palavras-chaves: Avaliação educacional – Educação – Políticas públicas.

Introdução

Trata o presente artigo de uma análise/discussão sobre a questão da avaliação institucional e a sua importância para o cenário educacional. Partindo das diferentes abordagens de avaliação, esse estudo tem por objetivo investigar as suas características/resultados com ênfase nos aspectos que delineiam o seu processo de planejamento e implantação. O tratamento a ser dado à avaliação institucional não apontará para sua possível dimensão de punição ou de premiação, mas sim sua dimensão pedagógica, identificada nos pontos que a compõem, assinalando a sua necessidade, e as dificuldades inerentes ao processo. Toda avaliação traz em si um juízo de valor e, portanto, para que ela se efetive precisamos estabelecer critérios para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, sendo a avaliação um valor em

**Mírian Paura S.
Zippin Grinspun**

*Doutora em Filosofia,
Universidade Gama Filho*

*Professora e Membro do
Conselho Superior de Ensino
e Pesquisa, Universidade do
Estado do Rio de Janeiro -
UERJ*

si, enquanto uma forma subjetiva de análise/investigação, ela não se estrutura numa neutralidade de posição; ao contrário, ela assume uma determinada posição a partir dos valores de que é revestida, escolhidos por quem ou pelo grupo que a efetivará. No que diz respeito à avaliação institucional, além das questões relativas aos recursos humanos que esta avaliação envolve, há que se considerar a questão da própria instituição, enquanto organização, com sua dinâmica e funcionamentos específicos. A avaliação institucional ainda não é uma prática muito utilizada nas nossas escolas como um momento do seu processo pedagógico e possui escasso material teórico e metodológico de sua finalidade e a utilização de seus resultados traz (eu diria –quase no inconsciente) pesos muitos distintos: premiar ou punir. A avaliação institucional já vem sendo colocada em prática por algumas Instituições, entre outras, o Ministério da Educação, onde encontramos referências a esta modalidade, como no caso especial da avaliação dos cursos de graduação e das avaliações realizadas pela Capes em referência aos cursos de pós-graduação em educação. Começamos a perceber que está sendo implantada uma cultura para a avaliação, no país. Afirma Castro (2000, p.27):

“Nos últimos quatro anos, a avaliação educacional assumiu um lugar de grande destaque na agenda das políticas públicas de educação no Brasil, acompanhando uma tendência que já vinha sendo seguida por diferentes países desde os anos 70. Hoje existe sólido consenso entre os

gestores, educadores e especialistas sobre a relevância dos sistemas de avaliação, para orientar as reformas educacionais e, sobretudo, para induzir políticas de melhoria da qualidade de ensino”.

Como a avaliação está inserida no campo educacional, seja em termos macro, referentes aos dados da política, seja em termos micro, os referentes ao processo de avaliação da aprendizagem de uma disciplina, ela deve ocorrer numa Instituição que denominamos genericamente de escola (mesmo quando avalio as políticas públicas da educação meu olhar se volta para a implantação dessas políticas numa determinada Instituição). Analisaremos, a seguir, alguns pontos que se referem à cultura escolar, com que aquele procedimento se relaciona. Lembramos, também, que todo o processo de contextualização incide no processo de avaliação, isto é, questões ligadas ao processo da globalização, das novas tecnologias, da nova abordagem do mundo do trabalho e da própria construção da escola no que diz respeito à formação de sua cultura, de sua *história de vida* estão relacionados com a avaliação.. A avaliação institucional deve começar, nesse sentido, pelo conhecimento da formação e dinâmica desta cultura.

Cultura Escolar

O termo cultura traz, em si mesmo, uma complexidade de significados, dependendo da forma como ela vai ser estudada. Posso falar de uma cultura com o significado de tudo aquilo que é produzido pelo homem

em contraponto à natureza, como posso pensar em cultura como construção do homem e nesse sentido teremos várias culturas, dependendo de onde ela se produz. De um modo geral, a cultura escolar era vista como o *locus* onde o conhecimento era produzido e sistematicamente transmitido através de processos de ensino que englobavam aspectos das relações de seus protagonistas, na escola. A escola/instituição era um local onde todo aquele processo era desenvolvido, com relações que envolviam a família/comunidade e, numa dimensão maior, a própria sociedade. O indivíduo era acompanhado no seu processo de formação/instrução, considerando suas características específicas e o projeto da instituição através das relações disponíveis. Em última análise tínhamos uma norma, um regulamento e no que tange à avaliação institucional caberia verificar como e porquê os fatos e dados não correspondiam ao *modelo* concebido.

Outra forma de se analisar a cultura escolar está no âmbito do tipo ou característica da escola/instituição e portanto teríamos instituições públicas ou privadas, tradicionais ou progressistas, com formação geral ou mais especializada: nesta dimensão teríamos o conhecimento apenas de sua dinâmica interna. Parece-nos que aqui a cultura escolar está centrada no objeto próprio de sua especificidade sem tomar em consideração o *em torno* que ela produz com outras instituições congêneres ou com a própria sociedade, em geral.

A perspectiva de uma cultura escolar numa dimensão mais ampla é a de verifi-

car até que ponto a escola/instituição é capaz de produzir uma cultura própria, alicerçada nos valores culturais, tentando viabilizá-los e superá-los em termos da história político-social do país. Diante do mundo em que vivemos caracterizado pelo que se denominou chamar de pós-modernidade há que se compreender como os influxos culturais penetram na vida da escola, de seus professores e alunos e de toda a organização que lhe é afeta. Se a concepção clássica da modernidade é antes de tudo, como nos diz Touraine, a construção de uma imagem racionalista do mundo que integra o homem na natureza, recusando todas as formas de dualismo que nele possam existir, o pós-moderno está inserido numa cultura social com um *ethos* próprio e com características específicas que vão desde a perda de fundamento da racionalidade, passando pela autonomia, diversidade e descentralização até chegarmos às questões de ação local e setorializadas. Para entendermos o conhecimento que explica a *realidade da Instituição* temos que entender a articulação da Instituição com a sociedade na qual estão dispostas as respostas desejadas, as expectativas esperadas e os interesses almejados.

O que nos chama a atenção neste pós-modernismo onde a cultura escolar está inserida é a presença de rupturas e descontinuidades que mais do que dados a serem identificados devem nos levar a indagações de como eles devem ser tratados e trabalhados. Os paradigmas que estamos observando, hoje, transitam da objetividade à subjetividade, da globalização à localização, do descobrimento à construção. Em suma, vivemos um tem-

po de crise em várias instituições advindo pelo momento histórico-social desta era contemporânea e cuja interpretação pelo viés da pós-modernidade só nos deixa mais inquietos pela forma como são produzidos e interpretados os novos valores da sociedade. A Instituição/escola, com seus rituais, tradições, rotinas, costumes, procedimentos, normas, atitudes desenvolve uma cultura específica que, por sua vez, incide sobre as aprendizagens e experiências vividas pelos seus alunos, que, por outro lado, vivenciam e têm atividades pertinentes ao currículo oficial da instituição. Concluindo, queremos dizer que a análise e interpretação de uma cultura escolar passa pelo olhar do seu *espaço-tempo*, que não se fecha na normatização e organização da escola, mas que deve se abrir para a finalidade dessa escola em termos da sua própria finalidade.

A cultura escolar nos ajuda a situar e clarificar onde esta avaliação institucional vai ocorrer. Partindo de uma situação micro para a visão macro educacional, poderíamos dizer que a avaliação institucional é um dos procedimentos de análise de uma instituição, que por sua vez tem uma organização e dinâmica próprias no campo da educação, portanto regida por políticas públicas vigentes e teorias educacionais específicas, e que a mesma está inserida numa determinada sociedade, num tempo histórico específico e com uma vasta e ampla situação nos diferentes setores que a compõem. Aparentemente linear na forma de apresentação, na realidade a avaliação institucional está comprometida com cada fator dessa teia que é tecida dentro e fora da instituição. O primeiro passo

então para se estabelecer um projeto de avaliação institucional é percorrer os caminhos do conhecimento da cultura escolar, onde ela se apóia, e estar ciente de que a instituição, também, cria a sua própria cultura escolar. Queremos dizer, então, que não estamos tratando de uma avaliação descompromissada com a natureza e o estatuto de seu processo e finalidade: a instituição.

A avaliação institucional não se limita, pois, a quantificar os dados disponíveis da sua organização mas tenta compreender os valores implícitos no significado das relações que ela estabelece, em diferentes níveis, que vão, por caminhos diferenciados, construindo aquela instituição.

Avaliação: um conceito simples- um processo complexo

Antes de abordarmos a questão da avaliação institucional, em si, vamos nos deter, brevemente, no conceito de avaliação, na intenção de mostrarmos como um conceito simples está comprometido com um processo complexo.

Uma das tarefas que mais realizamos na nossa vida cotidiana é a tarefa de avaliar, nos seus múltiplos sentidos, que pode ir desde a questão simples de "que roupa usarei para sair", se está frio ou calor, ou até mesmo o que posso fazer no meu dia, hoje. No nosso dia-a-dia, de acordo com as necessidades, possibilidades e desejos, estamos fazendo escolhas ou tomando decisões, caracterizando o que denominamos

de uma *avaliação informal*. Esta é avaliação que fazemos quase que *automaticamente*, mas existe outro tipo de avaliação- *avaliação formal ou sistemática*, que é regulamentada por outros dados. Ela exige objetivos bem definidos, critérios selecionados e está direcionada para um processo ou um resultado de uma situação, atividade ou um dado específico, e deve levar em consideração o contexto onde ela se realiza (aqui se insere a importância da cultura escolar), o seu próprio cotidiano. Enquanto a medida, que é um contraponto da avaliação, é sempre objetiva, baseando-se seus objetivos nos procedimentos quantitativos de que ela se utiliza, a avaliação é subjetiva e deve ser baseada em critérios bem definidos e explicitados anteriormente. Temos diferentes tipos de avaliação: a *avaliação educacional*-relacionada às questões das políticas públicas em educação; *avaliação institucional* – que diz respeito à avaliação de uma instituição em si, tanto nos seus aspectos inerentes como nas redes de relação externa com a própria aprendizagem e a *avaliação da aprendizagem*, que envolve os mecanismos de conhecimento do processo ensino-aprendizagem para posterior tomada de decisão quanto aos resultados encontrados. Seja qual for o tipo de avaliação dois processos estão implícitos neste conceito: diagnosticar e decidir. O *diagnóstico* vai nos possibilitar conhecer a realidade avaliada, com suas características, necessidades e propriedades e ele é de suma importância ao processo, pois, *não há possibilidade de avaliação sem constatação* (Luckesi, 2000, p.8). Esse diagnóstico segue um determinado critério e, portanto, tem uma finalidade específica.

Não existe uma avaliação diagnóstica seguindo um método único e sim um método com determinados critérios (*do latim criterium, que designa o princípio que permite distinguir o verdadeiro do falso, julgar, estimar*) que nos levam à avaliação pretendida. Através das seguintes características: abstração (evidência, clareza, rapidez, ordem etc), discriminação (discriminar os objetos a serem avaliados) e relação (manter interface entre as visões do mundo e os indicadores destacados), o diagnóstico serve, então, para constatar a realidade que se possui e, posteriormente, *qualificar* o objeto que está sendo avaliado. No caso, por exemplo da avaliação institucional, a universidade X será considerada satisfatória ou não em função da finalidade a que ela se propõe. A avaliação também se reveste de uma *tomada de decisão*, isto é, após os resultados diagnosticados há que se tomar uma decisão sobre os fatos encontrados, a partir de uma melhoria da qualidade constatada. Esta tomada de decisão envolve uma teoria, um posicionamento que fundamentará as decisões a serem tomadas, portanto não se avalia *no vazio* ou numa *neutralidade de ação*. Avalia-se com algum objetivo e finalidade.

Para Souza (1997) a avaliação pode ser percebida sob diferentes pontos de vista: como *técnica* ela assume um caráter objetivista, como *prática* ela é designada de subjetivista e como *práxis* ela é designada de dialética, interacionista ou indivíduo/sociedade.

A avaliação, cujo conceito compreende essas fases apresentadas, na realidade tem um processo complexo enquanto ela

busca travar um diálogo produtivo entre teoria e prática, entre política e ação, entre subjetividade e objetividade (não devemos nos esquecer que não estamos lidando apenas com a organização em si, com seus fluxos e relações, mas com as pessoas que agem e atuam nesta instituição). A consequência desses fatos torna a avaliação-no caso mais específico a institucional- difícil de ser construída em termos de critérios, e posteriormente de tomada de decisão, pois ela reveste também, de um posicionamento significativo, a vocação (*do latim vocare- chamamento, inclinação*) da instituição: afinal para que fim ela existe? Podemos então dizer que a questão dos valores – seja nos critérios, seja na sua vocação- está implícita e explicitamente assinalada. Com esses dados iniciais passamos agora a uma análise mais profunda do objeto desse estudo: avaliação institucional.

Avaliação Institucional

A avaliação institucional é um processo que tem por objetivo avaliar uma instituição específica, em termos de sua realidade e de suas relações com a sociedade, a partir de determinados critérios e valores, visando a melhoria qualitativa de seus resultados. Ela deve rever e aperfeiçoar o projeto político-pedagógico da instituição, através da pertinência e relevância das atividades desenvolvidas na área pedagógica e administrativa. Esta avaliação apresenta algumas dificuldades na medida em que envolve as relações intergrupais de onde emergem questões éticas e até de resistência se considerarmos que os outros avaliarão o trabalho

que *ele*, professor/administrador, está realizando. A questão básica desta avaliação está, como nos demais tipos, nos fundamentos éticos que norteiam o processo e o produto da mesma. Na medida em que esses resultados vão subsidiar *tomadas de decisões* cabe lembrar que aqueles fundamentos devem estar sendo respeitados no sentido pessoal e social. O conhecimento produzido pela Instituição- seja de ordem objetiva/administrativa/conteudista, seja de ordem subjetiva/relacional/valorativa-não se constrói de forma linear, hierarquizada, pela via da autoridade/chefe/coordenador e subordinados; há uma realidade explícita pelos cargos e ou funções e há *poderes* que transitam em uma ou várias áreas construindo um novo significado à realidade institucional, um novo *código* referencial. A Instituição enquanto uma das responsáveis pela construção da subjetividade de seus protagonistas às vezes não se dá conta do papel que representa nas criações dos seus sujeitos individuais e sujeitos coletivos. Torna-se muito simples chegar a resultados fatuais pelo mero exercício quantitativo ou de critérios pouco relevantes e achar que esta avaliação pode *modificar* uma realidade social; só o caminho da compreensão das teias e redes que se estabelecem na Instituição, com olhares internos e externos, é que propiciará o desvelamento da Instituição avaliada. Num primeiro momento, *conhece-te a ti mesmo* e, no segundo, *caminhe de acordo com os valores e critérios estabelecidos para um determinado lugar*, que você saiba qual é. Precisamos de um autoconhecimento da Instituição; de saber a especificidade de suas ações, da prestação de contas que

ela deve à sociedade. O que ocorre é que em grande parte a Instituição não tem um projeto definido, acompanha as outras ou demais Instituições que tratam da mesma área, não questionando seus fatores internos e aceitando os indicadores externos, em especial, dos órgãos provenientes da política do governo sem uma discussão maior ou mais profunda com os seus usuários/protagonistas. Não se tornam muito claras as relações com os vários segmentos do poder público; por exemplo, se na pós-graduação determinados critérios devem ser obedecidos para aprovação de um programa, acredito que eles deveriam ser mais discutidos no que tange à execução dos mesmos e suas reais possibilidades de ação. A avaliação orienta a administração para suprir as carências, transpor as dificuldades, resolver os impasses; revela à Instituição o seu próprio compromisso interno e externo; norteia os caminhos que possam levar às transformações desejadas e proporciona para a sociedade em geral uma visão mais transparente de sua estrutura orgânica/material/financeira/pedagógica.

A avaliação institucional tem na sua própria conceituação, a perspectiva do que denominou Penna Firme (1994, p.5-12) "o exercício pleno da capacidade crítica", ou seja, expressa as tendências (ética/avanço) e repudia as tendenciosidades (sanções/retrocessos).

Os processos de Avaliação Institucionais procuram dar conta das questões contemporâneas quando se pretende a melhoria na educação. Surge, então, a proposta de uma avaliação investigativa fundamentada em duas dimensões: a primeira, quantitativa, fornecendo os dados para um posterior julgamento de valor, baseado num número limitado de parâmetros, identificados e descritos para este fim. Eles devem ter uma amostragem suficientemente significativa de informações que garantam aferir validade na coleta de dados realizada. A segunda, qualitativa, possibilita o julgamento de valor apoiado na riqueza e detalhamento da quantidade de informação que permita a aproximação com a realidade. A junção destas duas dimensões sinaliza a veracidade das informações e a sua relevância para expansão e melhoria do processo educacional

A proposta de uma Avaliação Institucional deve ter como finalidade a construção de valores de solidariedade, ética e cidadania consolidando o compromisso filosófico, social e político estabelecido tanto na legislação educacional vigente, quanto no momento da decisão da vocação assumida pela Instituição.

A finalidade específica da Avaliação Institucional deve ser a de permitir transparecer os pontos fracos ou fatores de inibição do processo, bem como ressaltar

os pontos fortes ou fatores de desenvolvimento que possibilitem um processo transformador da Instituição.

○ trabalho da Avaliação Institucional deve ser pensado, elaborado, executado e avaliado por todos os elementos constituintes do espaço-escolar, cientes de que este tipo de avaliação sempre provoca reações, o que requer um estudo sobre o despertado neste momento como forma de auto-avaliação diante de uma avaliação. Assim, o cumprimento dos papéis e funções neste processo deve ser um movimento crítico-criativo e comprometido socialmente em prol da comunidade e não de interesses particulares ou de promoção política. Ela não deve ser pensada como um evento isolado, mas um processo continuado em que todos que participam da Instituição estejam envolvidos e os avaliadores externos estejam promovendo as condições para o êxito da Instituição. Outro dado relevante neste tipo de avaliação é que ela produz não só um conhecimento específico da Instituição, em termos de gestão, relações, ensino, resultados, etc como ela possibilita *construir conhecimento, desenvolver aprendizagem, democratizar experiências e realizar transformações internas e na sociedade mais amplamente.* (Oliveira, p.223)

A Avaliação Institucional deve ter como resultante identificar os fatores de proteção, manutenção e da inovação, visando colaborar no processo da reflexão, do planejamento, da ação acompanhada, e da ava-

liação da própria escola. Assim, a autonomia se faz virtude presente. Há, então, dois interesses que se cruzam na avaliação: conhecer a dinâmica da Instituição e promover a capacitação e aperfeiçoamento da mesma em termos de sua real vocação.

Os objetivos básicos da avaliação nesta perspectiva evolutiva, de aperfeiçoamento, incluem:

- identificar e descrever o contexto da escolarização, em diferentes tipos de instituições e suas condições de aprendizagem heterogêneas;
- identificar e analisar os problemas dos diferentes níveis de ensino;
- possibilitar maior compreensão dos fatores de proteção e de riscos que influem no desempenho escolar dos alunos;
- apontar desigualdades regionais e sociais no acesso e na manutenção à escola ;
- identificar o rendimento dos alunos e a sua participação escolar em diferentes situações;
- comparar o desempenho dos alunos, em diferentes níveis de ensino e modalidades de ensino;
- conferir a relação entre os custos absolutos e relativos e a qualidade oferecida;
- oferecer às administrações públicas e às instituições escolares informações que lhes permitam formular programas de melhoria da qualidade do ensino.

A avaliação Institucional em grande parte é vista como algo que vai premiar ou punir os seus integrantes. A utilização desses posicionamentos pode levar a um desvio na avaliação, no sentido de não comprometer a sua realidade com os *benefícios* ou *sanções* a serem recebidos. Seria ingênuo, então, pensar que essa modalidade de avaliação ocorra simplesmente na Instituição à luz de um modelo consagrado pela sociedade ou determinado pela própria Instituição. É inevitável que haja comparações com Instituições congêneres, chegando inclusive a se formar um *ranking* na área avaliada. Na medida, por exemplo, em que os avaliadores externos do Ministério da Educação dão uma nota à Universidade, ao programa de pós-graduação em educação da Instituição, logicamente está se fazendo uma escala das Instituições com os melhores resultados e os piores desempenhos. O cuidado está em não colocar nos mesmos degraus situações diferenciadas pela qualidade de suas categorias. A avaliação passa a ser *ameaçadora* não pelo seu processo em si, mas pelo que se fará com os dados obtidos no seu processo.

Podemos, então, assinalar alguns princípios nesta avaliação:

- aceitação ou conscientização da necessidade de avaliação por todos os segmentos envolvidos, dos dirigentes/executores aos beneficiários;

- discussão, reconhecimento da legitimidade e pertinência dos critérios adotados de acordo com determinados princípios;

- produção de meios para envolvimento direto de todos os segmentos da Instituição: interna e externa- na execução e implementação de melhoria do desempenho escolar, tanto administrativo (gestão), quanto pedagógico (ensino);

- discussão, no caso da avaliação externa, dos critérios impostos pelos avaliadores e das possibilidades de atendimento/execução dos mesmos frente à realidade que se tem.

- apresentação – sempre transparente do processo que está sendo desenvolvido, como a tomada de decisão quanto aos resultados obtidos.

Para alcançarmos a avaliação pretendida temos que estabelecer os seguintes passos:

1. analisar o que está sendo construído
- avaliar a qualidade dos resultados que a instituição está produzindo;
2. analisar com quem e como se está construindo a universidade – orientar a realização de processos avaliativos;
- 3- analisar como a instituição desenvolve suas relações de poder e as relações pedagógicas;

- 4- analisar *para quem se está construindo* a instituição – função política e social que a instituição está assumindo em sua região e no país;
- 5- analisar *em que direção se está construindo* o saber institucional em termos de sua relação com a sociedade onde está inserida;
- 6- apresentar os resultados obtidos com a preocupação de relacioná-los com os objetivos traçados.

No que diz respeito às características da Avaliação Institucional ela deve ter: utilidade – o que se fará com os resultados; mobilidade – envolvendo todos os segmentos da Instituição por suas representações devidas; logicidade- trabalhando com os dados/fatos da forma mais objetiva possível; criatividade – mantendo formas e estratégias que possibilitem avaliar toda a Instituição; identidade – representando a Instituição e sua cultura escolar e responsabilidade – apresentando as decisões cabíveis e necessárias ao seu momento específico.

Enfatizamos, mais uma vez, que a avaliação lida com valores que estão subjacentes ao fenômeno educativo, com os seus protagonistas, relações e ideologias e que na Avaliação Institucional isto se amplia em termos da *utilização* dos resultados obtidos. Não podemos deixar que um processo da maior importância

para todos, os que atuam na escola, e para os educadores em geral, deixe a desejar pela forma como é conduzido por seus responsáveis.

Dias Sobrinho (1995, p.61) nos diz que:

A avaliação institucional não é instrumento de medida de atividades de indivíduos isolados, nem de trabalhos descolados de seus meios de produção; não é mecanismo para exposição pública de fragilidades ou ineficiência de profissionais individualizados. A avaliação institucional deve ser promovida como um processo de caráter essencialmente pedagógico. Não se trata apenas de conhecer o estado da arte, mas também de construir.

Um dos dados mais importantes da Avaliação Institucional é o contexto onde ela vai ser realizada e é oportuno lembrar que todos são responsáveis por esta tarefa enquanto protagonistas desse processo.

A Avaliação Institucional engloba uma avaliação interna, que poderíamos denominar de auto-avaliação, e uma avaliação externa, realizada por órgão devido, na dimensão de melhoria dos resultados obtidos. Esta deve buscar apontar os caminhos para o aperfeiçoamento constante da Instituição trazendo de forma explícita o compromisso da mesma com a sociedade em que está inserida.

Concluindo...

O objetivo deste artigo foi chamar a atenção para a importância e necessidade de termos uma avaliação institucional bem planejada e realizada, uma vez que sua relevância transcende o momento específico da verificação dos resultados colhidos. Observamos que está havendo uma avaliação de certa forma nesse sentido, em termos dos sistemas educacionais, executada pelo Ministério da Educação. Este realiza o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, desde 1990, o Saeb; o Exame Nacional de Ensino Médio, o Enem; o Provão, desde 1996 e a avaliação da pós-graduação, desenvolvida pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) com uma história

de vida mais longa e com uma cultura mais específica já assimilada pelos cursos de pós-graduação. Sem entrar no mérito dessas avaliações – o que seria objeto de outro artigo – queremos dizer que há tentativas de avaliações institucionais numa visão de avaliadores externos; cabe, entretanto, percorrer o caminho de uma auto-avaliação e de uma avaliação institucional que contemple os dois lados da organização: o que ela faz/por que faz e para que ela faz. As respostas, tecidas pelos valores que representam, mais do que uma constatação da realidade devem seguir como bússolas no espaço-tempo avaliado a nos mostrar qual o caminho a seguir para uma educação de qualidade para nosso país.

ABSTRACT

The article is about a research on the institutional evaluation, showing its importance in Education. The institutional education is based on criteria and values that are going to be observed in the institution and the project that it intends to develop. It's not an evaluation modality; it's a pedagogical process building to observe the development of the institution. It identifies the progress and retrocession, mistakes and faults of the institution from its exposed points, to an analysis of the organization related to its internal dynamic and relationship nets. The institutional evaluation should take us to significant changes, in the educational field, considering what it already has and where it wants to reach.

Keywords: Educational evaluation —Education — Public Policies.

RESUMEN

El artículo trata de un estudio sobre la evaluación institucional, mostrando su importancia en la educación. La educación institucional se fundamenta en criterios y valores por los cuales van a ser observados la institución y el proyecto que se pretende desarrollar. No se trata de una modalidad de evaluación, sino de la construcción de un proceso pedagógico para observar el desarrollo de la institución. Esta identifica los avances y retrocesos, faltas y fallos de la institución a partir de los puntos expuestos para un análisis de la organización a terminos de su dinámica interna y de las redes de sus relaciones. Evaluación institucional debe llevarnos a transformaciones significativas, en el campo educativo, considerando lo que ya se tiene y adonde se quiere llegar.

Palabras-clave: Evaluación educativa – Educación – Políticas públicas.

Referências Bibliográficas:

- BALZAN, N. C., DIAS SOBRINHO, J. (Org.). *Avaliação Institucional: teorias e experiências*. São Paulo: Cortez, 1995.
- BELLONI, I. A função social da avaliação institucional. *Revista Avaliação*, v.3, n.4, p.37-50, 1998.
- BELLONI, I., MAGALHÃES, H., SOUSA, L. C. *Metodologia de avaliação em políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 2000.
- CAPPELETTI, I. (Org.) *Avaliação Educacional: fundamentos e práticas*. São Paulo: Editora Articulação Universidade/Escola, 1999.
- CASTRO, M. H. G. Um painel da avaliação educacional no Brasil. *Pátio-Novas Perspectivas em Avaliação*, [Porto Alegre?]: Artes Médicas, v. 3, n.12, p.27-9, fev./abr., 2000
- ESTRELA, A., NÓVOA, A. (Org.). *Avaliações em Educação: novas perspectivas*. Porto (Port.): Porto Editora, 1995.
- FIGARI, G. *Avaliar: que referencial?* Porto (Port.): Porto Editora, 1996.
- PENNA FIRME, T. Avaliação: resposta, responsabilidade, integração. In: BRASIL. Secretaria de Educação Superior. *Educação superior e educação básica; coletânea de textos*. Brasília, DF: MEC; Uberlândia, UFU, 1988. p.135-64.
- PÉREZ GÓMEZ, A. I. *A cultura escolar na sociedade neoliberal*. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.
- HOFFMANN, J. M. L. *Avaliação: mito e desafio- uma perspectiva construtivista*. Porto Alegre: Mediação, 1991.
- LUCKESI, C. C. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem. *Pátio – Novas Perspectivas em Avaliação*. [Porto Alegre?]: Artes Médicas, v. 3, n.12, fev./abr. 2000. p.6-11.
- OLIVEIRA, C. A. S. Editorial. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro v.7, n. 24, p.223-4 jul./set. 1999.
- PERRENOUD, P. Não mexam na minha avaliação. In: ESTRELA, A., NÓVOA, A. *Avaliações em Educação: novas perspectivas*. Porto (Port.) Porto Editora, 1993.
- PERRENOUD, P. A Avaliação dos estabelecimentos escolares: um novo avatar da ilusão cientificista? In: BITAR, H. A. F., et al. *Idéias: sistemas de avaliação*. São Paulo: FDE: Diretoria de Projetos Especiais, 1998.
- SAUL, A. M. A. *Avaliação emancipatória, desafio à teoria e prática de avaliação e reformulação de currículo*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1999.

SOUZA, C. P. Programas de avaliação dos alunos universitários .In: SOUSA, Eda C.B. M. Acompanhamento e avaliação dos alunos. *Curso de especialização em Avaliação à Distância*, [s.l.] v.4, p.31, 1997.

TENÓRIO, F. G. Avaliação Institucional: perspectivas e tendências. In: SIMPÓSIO NACIONAL SOBRE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL: UMA REFLEXÃO CRÍTICA, 1, 1994, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação Cesgranrio, 1994. p.26-30.